



DL-01

Ses. Esp. 26/11/08

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Bom-dia a todas e a todos. Comunicamos ao pessoal que ainda se mantém em pé que ainda há lugares aqui na frente, para que possamos iniciar esta sessão especial que discutirá a problemática das universidades privadas do Estado da Bahia, convocada pelos deputados Álvaro Gomes e Bira Coroa. Faremos em seguida a composição da Mesa.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão. Convido para compor a Mesa os deputados Álvaro Gomes e Heraldo Rocha; a representante da Associação Baiana de Mantenedoras do Ensino Superior, professora Nadja Maria Valverde Viana; a Srª Presidente do Sindicato dos Professores Particulares do Estado da Bahia, Sinpro-Bahia e também representante do Contee, Cristina Kavalkievicz; a representante da Comissão de Professores, Srª Mercedes Cunha Chaves (Palmas, muitas palmas. O Plenário a aplaude de pé); o Sr. 2º Secretário da Andes, João Henriques; o diretor-geral da Faculdade Dois de Julho, professor Josué da Silva Mello e o representante dos estudantes, Sr. Ruy Andrade.



5344-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Álvaro Gomes

Sobre o ensino superior particular no Estado.

Concedo a palavra ao proponente desta sessão especial, deputado Álvaro Gomes, que falará também em meu nome.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Exmo. Sr. Deputado Bira Coroa, um dos proponentes desta sessão especial e que ora a preside, que discute a situação do ensino particular superior no Estado da Bahia; deputado Herald Rocha, Líder do Democratas; Sr^a Presidente da Associação Baiana de Mantenedoras do Ensino Superior, Prof^a Nadja Maria Valverde Viana; presidente do Sindicato dos Professores Particulares, Sinpro e Contee, Prof^a Cristina Kavalkievicz – o nome é difícil de pronunciar, mas fiz um esforço –; representante da Comissão dos Professores e Alunos da Faculdade Ruy Barbosa, Prof^a Mercedes Cunha Chaves de Carvalho, uma jovem de 72 anos e 50 de docência, exemplo mesmo de muita combatividade. A presença do 2º Secretário da ANDES, o Sr. João Henrique; o reitor da Faculdade Dois de Julho, Sr. Josué da Silva Melo, o Sr. Rui Andrade, que está representado aqui os estudantes nesta sessão especial.

Primeiro, queria dizer que é com muita satisfação estarmos realizando esta sessão especial na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, com o objetivo de discutir a questão da educação, mais pontualmente a educação superior particular no estado da Bahia. Recebemos no nosso gabinete uma comissão de professores, preocupados com a questão do ensino particular no estado da Bahia, e entendemos ser necessário esta Casa Legislativa participar desse processo de discussão, de debates, buscando soluções para os eventuais problemas existentes no ensino superior do estado da Bahia.

Então, estivemos com uma comissão formada por professores da Faculdade Ruy Barbosa e resolvemos, eu e o deputado Bira Coroa, que é presidente da Comissão de Educação desta Casa, convocar esta sessão especial, que tem aqui uma presença de professores, alunos e



outras personalidades. É interessante ressaltar que esse debate aqui não se restringe apenas ao Plenário desta Casa, mas também está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia e também pela *internet*, onde todos têm acesso à transmissão desta sessão, o que leva a discussão para um número maior de pessoas, e portanto um envolvimento maior da sociedade.

Queria dizer que o ensino e a educação são dever do estado, e o poder público precisa estar preocupado com essa questão. No estado da Bahia há algum tempo atrás, tínhamos poucas instituições de ensino superior, basicamente a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Católica e mais algumas que foram se formando. E hoje temos no estado da Bahia mais de cem instituições de ensino superior.

Então, a proliferação do ensino superior do estado da Bahia, o aumento do número de faculdades, de instituições é extraordinário. Ninguém pode se colocar contra o ensino e a expansão do ensino, pois ela é positiva. Quanto mais alunos formados, graduados tivermos no nosso estado, no nosso país, melhor. Ninguém é contra a expansão do ensino. Agora, é importante ressaltar que a própria Constituição Federal coloca como dever do estado e coloca parâmetros mínimos de qualidade do ensino superior, e o poder público precisa estar acompanhando esse crescimento, essa expansão, buscando cada vez mais a qualidade do ensino, que é fundamental para toda a sociedade.

Existem vários problemas, várias queixas, em alguns casos cursos que não são reconhecidos e, em outros casos, dificuldades na qualidade de ensino. São vários os problemas que se apresentam no dia-a-dia do ensino particular no Estado da Bahia. Embora seja iniciativa privada, o ensino particular é autorizado pelo poder público levando em consideração alguns parâmetros, e isso precisa ser observado.

Portanto, essa sessão especial que ora realizamos não é para discutir uma universidade, uma faculdade em particular, estamos aqui trazendo o debate do ensino particular do Estado da Bahia, envolvendo as mais de 100 instituições existentes no nosso Estado. É um debate que busca contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, encontrar



soluções para eventuais problemas e chamar a atenção do poder público para que possamos ter efetivamente um ensino de qualidade.

As universidades não podem se transformar em empresas vendendo produtos e apenas transformando os alunos em mercadorias. A educação não pode ser transformada em mercadoria, em iniciativa privada, sim, mas é preciso obedecer a determinados critérios de qualidade, de respeito, de democracia, é preciso analisar o ensino superior como algo necessário para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento do Estado e para o desenvolvimento da humanidade.

O ensino superior privado, nada contra a expansão do ensino, desde que essa expansão se dê com base em critérios, embora particularmente ache que o Estado deveria de alguma forma garantir o acesso à universidade a todos que têm o interesse em cursar, o ensino público deveria ser acessível a toda a população e a toda a sociedade.

No ensino particular existe o Pró-Uni, implementado pelo governo, que tem de certa forma possibilitado a milhares de alunos acesso às universidades e às faculdades, mas, de uma maneira ou de outra, defendo que toda a população tenha acesso ao ensino. Um ensino de qualidade, que venha a promover o desenvolvimento humano, o desenvolvimento da sociedade.

Somos um País rico, um País em expansão, um País que cresce e que vem apresentando avanços nos últimos anos, com redução do desemprego, com a redução das desigualdades sociais, avanços também na educação, para se ter uma idéia, aqui, no estado da Bahia, nós tínhamos apenas uma universidade federal, há anos, há décadas, há séculos. Hoje, temos mais duas universidades federais, são três universidades federais no estado da Bahia. Então a situação do nosso país vem melhorando e precisamos melhorar ainda mais. Agora essa melhoria só se dá com a participação efetiva da sociedade, com ações e iniciativas como esta da comissão de professores da Faculdade Ruy Barbosa que veio aqui solicitar, clamar por um debate sobre a questão da qualidade de ensino no estado da Bahia. Estão de parabéns os professores da Ruy Barbosa. (Palmas)



O ensino e as condições de vida da população só serão melhores com exemplos, como o da professora Mercês que dedicou e dedica a sua vida pela nobre causa da educação com muita eficiência, competência e dedicação. Só vamos conseguir avançar nesse processo, que já conquistamos, com a participação de todos os que estão aqui: professores; estudantes que estão aqui em peso entendendo a necessidade desse debate; os representantes das entidades de ensino superior, que foram todos convidados; aliás, convidamos toda a sociedade sem exceção, que está aqui bem representada. De um lado está a representação das entidades de nível superior, do outro a representação dos professores, do outro a representação dos alunos, também a representação deste Parlamento, de forma plural. De um lado a Bancada governista, formada pelo deputado Bira Coroa e também por mim, sou vice-líder do governo Wagner na Assembléia Legislativa; temos aqui a presença do deputado Euclides Fernandes que também atua na área de ensino particular e naturalmente é um lutador por um ensino de qualidade; e precisamos avançar nesse sentido.

Portanto parabéns a todos vocês, alunos, professores e todos os presentes. Por um ensino de qualidade para toda a sociedade. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5345-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Mercedes Cunha Chaves

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Registramos a presença do deputado Euclides Fernandes, também da área da educação; deputado Heraldo Rocha, que faz parte da nossa Mesa; deputado Pedro Alcântara, que também esteve aqui, foi abrir uma reunião de comissão, já está retornando; dentre outros deputados. Terças e quartas-feiras na Casa, pela manhã, há as reuniões das comissões, portanto é o que justifica a dificuldade dos deputados poderem participar deste ato.

Neste momento, passamos a palavra à professora Mercedes Cunha Chaves que vai fazer uma exposição. Vamos limitar o tempo das exposições para que todos tenham o direito de falar e para que o Plenário possa se manifestar. Temos como rito desta Casa tentar criar as condições para que todos possam participar.

A Sr^a MERCEDES CUNHA CHAVES:- Bom-dia a todos.

Srs. Deputados Álvaro Gomes e Bira Coroa, que nos acolheram tão bem nesta Casa, é com grande emoção que retorno a este plenário mais uma vez por uma luta pela educação. Inúmeras vezes aqui estive durante os meus 40 anos de militância no Movimento Docente em defesa da universidade pública. Retorno aqui de forma absolutamente feliz por entender que é extremamente relevante e surpreendentemente inédito que instituições de ensino particular estejam lutando por qualidade de ensino.

Evidentemente, que esse ineditismo se deu por conta de um grupo aguerrido de professores que resolveram resistir diante de uma avalanche de acontecimentos surpreendentes pela sua natureza, pela sua topografia, pela estrutura.

Em verdade, nesses 40 anos de militância política em movimento docente, não em política partidária, independentemente de política partidária, jamais pude imaginar de que chegaríamos aqui, mas chegamos. E é surpreendente, porque encontrar corações tão jovens,



resolvendo resistir conosco numa luta que é absolutamente tida como inglória, como perdida. Mas a resistência é única forma que o organismo encontra, na luta, portanto, para não adoecer. É preciso resistir. Resistir sempre.

Nesses anos todos, sabíamos que não era uma novidade o que estava acontecendo, no entanto, a qualidade que foi possível conseguir numa instituição de ensino particular, era realmente surpreendente. Durante dez anos, conseguimos realizar um trabalho efetivamente digno, responsável, ético na formação de cidadãos e de profissionais qualificados.

Entretanto, o fantasma do que está acontecendo agora, já havíamos previsto há muitos anos, quando no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a militância do movimento docente conseguiu pegar nos corredores do Congresso Nacional uma proposta que nada mais era do que uma proposta do Banco Mundial para a privatização de todo o ensino no Brasil. Naquela ocasião, a ameaça de privatização era, inclusive, de privilégio das universidades públicas.

Esse famoso projeto do professor Paulo Renato, de eterna memória, queremos dizer que, verdadeiramente, privilegiava o ensino particular como sendo o único possível de ser mantido num país em desenvolvimento.

Entretanto, a resistência, naquele momento do movimento docente, conseguiu manter a universidade pública e gratuita para todos até hoje. E que agora se revitaliza com um novo projeto de universidade.

Entretanto, como o deputado Álvaro Gomes acabou de dizer, não podemos achar que qualquer modalidade de ensino não seja necessária. Diante do contingente, da demanda que este País tem de qualificação, é impossível rejeitar a participação da iniciativa privada.

Então, eu insisto em dizer que a educação é uma concessão pública e como tal ela deve ser regida e regulamentada e deve respeitar esse parâmetros. Autonomia não significa liberalismo. Autonomia implica em parâmetros e os parâmetros são as diretrizes curriculares que devem ser respeitadas. Infelizmente, existem uma infinidade de possibilidades sofisticadas de entendimento ou interpretação das legislações.



Sou uma confessa representante de uma teoria que chama-se behaviorismo radical e como tal não acredito no mentalismo dos sofistas, e, portanto, gosto da concretude, das coisas efetivamente provadas e comprovadas e que sejam uma marca da decência e da ética.

Não posso aceitar que uma grade curricular seja posta em prática como um todo, de cima para baixo, e que deva ser igual para todas as instituições, num modelo perverso que pune principalmente os professores. Uma modalidade em que, de 16 semanas de aulas, se passam 20 semanas, que reconhecidamente, dita pelos próprios agentes, significa 25% de redução salarial para os professores, evidentemente não pode ser aplaudida. Uma grade que reduz a carga horária ao mínimo, embora um sofisma de que se pode usar a máxima, mas sem possibilidades, evidentemente; que corta e recorta instâncias fundamentais para a formação cidadã, principalmente aquelas ligadas às ciências humanas, à formação filosófica, à formação ética, não poder ser aplaudida.

Perdoem-me aqueles que dizem que é muito bom, que é avançado e moderno. Essa modernidade não me convence. Infelizmente pode ser que o atraso seja meu, com 7,2 tenho me mostrado, evidentemente e concretamente, atualizada, e o meu maior testemunho são os meus alunos.

Continuo discutindo filosoficamente a formação cidadã, usando aqueles autores que têm uma importância pela sua clareza de pensamento, como o nosso inesquecível Foucault, que nos diz tão claramente o que é o poder. E as questões que estão em jogo, neste momento são, sobretudo, as de poder, que são impostas e, por isso, têm uma dificuldade imensa de aceitação, de uma representação legitimamente configurada em assembleia de uma comissão de professores e alunos.

É nesse sentido que desejo pedir ao Plenário desta Casa que, se educação é uma concessão pública, é indispensável que se fiscalize o exercício educacional. É importante que todos estejam atentos ao que está ocorrendo, que não é um privilégio nosso, não é um privilégio da Bahia. Infelizmente, é um acontecimento geral em todo o Brasil, onde os



interesses da economia estão sendo servas da necessidade. É a necessidade alegada de que é preciso reduzir custos e também jogar o bebê com a água do banho.

Infelizmente, é preciso cuidado, porque educação é algo extremamente delicado, sutil em termos de você apenas instalar habilidades e formar um técnico e cidadãos conscientes, reflexivos, críticos, como vocês são, como nossos alunos são e estão aqui por isso.

Não posso alongar-me muito e gostaria que alguns colegas mostrassem quais são as nossas reivindicações, no que, evidentemente, esse modelo que está sendo imposto peca, peca pela perversidade em relação ao professor, peca pela falta de coerência em termos de análise do que é sucesso em algum tipo de modalidade de ensino e peca, principalmente, na formação de alunos que são o futuro desse país. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5346-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Jaíra Capristano

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra a Sr^a Jaíra Capristano para abrir a exposição dos slides.

A Sr^a JAÍRA CAPRISTANO:- Bom-dia a todos. Quero saudar os meus alunos, aos alunos dos colegas, porque aluno do colega professor é nosso aluno também, é nossa responsabilidade preparar a sociedade futura com vocês. Saudar a Mesa, os deputados que muito bem nos acolheram de forma democrática, e insistir com os alunos que essa pauta não é uma pauta de professor, é uma pauta de comunidade acadêmica. Inclusive, todos os pontos que ali nós inserimos acredito que sejam o ponta-pé inicial para nossa discussão, que eu confio que será profícua, porque, a partir daqui, nós escreveremos uma nova história para o ensino superior, sobretudo para o ensino particular nesta terra, neste mundo globalizado que tem, como raiz, infelizmente, um projeto neoliberal que expande perversamente a intervenção do capital financeiro, do capital privado, dentro de uma seara que é de grande importância para a sociedade.

Eu vou passar a palavra ao professor José Menezes que vai ler os dois primeiros pontos, depois ao professor Sérgio e aí, com certeza, nós fecharemos os nossos 5 minutos.

O Sr. José Menezes:- (Apresentação dos slides). Questões de destaque.

(Lê) Formulação de dispositivo legal que atribua um sistema de cotas com regras claras para alocação de alunos com financiamentos, bolsas, como FIES, FAZ UNIVERSITÁRIO e REUNE.

Botando a imaginação para funcionar, os legisladores, nos colocamos muito generosamente para ajudar nesse subsídio, talvez com fóruns, com discussão de especialistas, *(lê) por exemplo, a instituição receberá o percentual de cotas de financiamento se e somente*



se possuir: determinado percentual de doutores, bolsas de pesquisa e publicação dos professores do quadro ou de pesquisadores.

O segundo ponto que sugerimos para uma discussão e um amadurecimento nesses fóruns que sugerimos que esta Casa promova, e nos colocamos, mais uma vez, no apoio dessas ações. *(Lê) Seguindo o exemplo do Banco Central, o funcionário de Instituição de Ensino Particular não poderá, enquanto exercendo consultoria, assessoria ou estando empregado em uma empresa privada, ocupar cargo de diretoria de órgãos que devem fiscalizar a educação no Brasil, para evitar truques, vícios, corrupção, desvios, etc. (Palmas)*

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Nós solicitamos que as manifestações sejam restritas, porque incomoda a exposição e quebra também o rito desta Casa. Solicitamos, então, que a gente ganhe a exposição nos tempos, permitindo assim que todos possam utilizar bem esse tempo.

O Sr. Sérgio Ricardo Santana:- (Segue apresentação dos slides)

(Lê) Selecionar publicamente, através de edital, professores para participar das comissões federal e estadual , com o escopo de disseminar para a comunidade docente todo tipo de elaboração legislativa que se estiver formulando.

Conferir o estatuto de subsídio às instituições públicas nos rumos das IES particulares, permitindo que o tratamento não seja tão diferenciado e evitando a mercantilização do ensino;

Segundo Peter Druker, 'O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes'.

Limitar a formação de Cartel, como se faz para telefonia, TV, petróleo, evitando que as ações de grandes corporações, na busca insana do lucro, sejam danosas para a educação e a formação futura da nossa sociedade.

A recente crise já nos mostra o que a especulação pode fazer.

Exigir dos órgãos de fomento maior controle na distribuição de apoio à pesquisa, seja no sistema de cotas, seja nos projetos de pesquisa. Há muitos riscos e desvios.



Recentemente, pesquisadores que tiveram seus projetos aprovados em Editais Públicos, foram impedidos de escolher a instituição que oferecesse melhores condições.

Estimular a sindicalização das IES

Apesar de eleita em assembleias de professores, a Faculdade Ruy Barbosa não reconhece a representação da Comissão de Representantes e, quando podem, referem-se a essa representação como 'bando de malucos'...' Aliás, todo aquele que idealiza um mundo melhor, hoje, nesse sistema perverso, é conhecido como maluco.

“(...) - Na prática desconhece a democracia e seus mecanismos de representatividade...” que são enunciados neoliberais, diga-se de passagem.

“(...) Dar maior força ao movimento estudantil organizado, tornando-o legítimo participante dos destinos de sua formação;

Na prática, exercitar mais a cidadania dos nossos estudantes, para que possamos vislumbrar um futuro melhor.

Instituir um Seminário Bimensal no ambiente da Assembleia Legislativa, convocando especialistas e críticos do sistema de educação pra fazer ecoar na comunidade e nos órgãos de comunicação o modus faciendi de educarmos hoje.

Na prática dar aos representantes públicos a condução das políticas de educação.”

Esta fica sendo a pauta específica dos professores. Certamente, os professores do Sinpro e do Andes farão algum comentário.

Muito obrigada e bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5347-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Cistina Kavolkieviez

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Vamos passar a palavra agora à representante do Sinpro, professora Cristina Kavalkieviez.

Antes, registro a presença do deputado Paulo Rangel. Agradeço as presenças de alunos e professores da ABMES, da UniBahia, da Escola Bahiana de Medicina, da Unifacs, da Ruy Barbosa, da Faculdade Dois de Julho, da FIB, da Unirb, da Faculdade Adventista e da Cibernídia. (Palmas)

A Sr^a CRISTINA KAVALKIEVICZ:- Bom-dia a todos e a todas, à Mesa, aos deputados que organizaram esta sessão especial, Bira Coroa e Álvaro Gomes, companheiros nossos de tantas lutas, em várias outras frentes além da específica da educação, queria parabenizar os professores da Ruy Barbosa, dizendo que os pontos aqui trazidos pela experiência do trabalho de vocês compõem a luta nacional que travamos no nosso País pela regulamentação do Ensino Superior Privado.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, desde a sua fundação, discute a regulamentação do ensino superior e traz como princípio básico a compreensão política e filosófica de que o ensino privado é uma concessão do Estado. Aliás, ele é uma excrescência que não deveria existir. Mas existe, e nesses anos todos de luta levantamos nossas bandeiras pelo ensino público de qualidade, o ensino superior privado crescia no nosso País de forma desmedida e desregulamentada.

Tivemos um crescimento nacional, no período de duas gestões, da perversa dupla FHC/Paulo Renato, já bem lembrada aqui pela professora que me antecedeu, que trabalhou no sucateamento do ensino superior público e no apoio à expansão do ensino superior privado. Completamente na contramão da história. Já na década de 90, o neoliberalismo mostrava a sua fragilidade e o seu limite em dar respostas a uma sociedade moderna. Ainda assim, passamos



no nosso País para uma expansão de ensino superior privado e um encolhimento do ensino superior público em número de vagas, em número de professores.

O crescimento do ensino superior público é obra e feito do Governo Lula. Ainda insuficiente pela nossa realidade, pela demanda reprimida de estudantes que chegam à idade do ensino superior e não têm ainda condição de estar num banco de uma universidade pública. Não só o processo de seleção é perverso, desigual, injusto, como também o elemento fundante é a ausência de vagas para tantos jovens que chegam na fase da formação universitária. As ações do Governo Lula nesse sentido são louváveis, mas ainda insuficientes. Temos que continuar no movimento docente e estudantil na perspectiva de comprometer o nosso governo na ampliação efetiva das vagas no ensino superior público.

Sou representante dos professores do ensino superior privado, mas acima de tudo sou defensora do ensino público e de qualidade no nosso País. Nós, professores, não somos professores do ensino privado. Somos professores. Atuamos tanto no setor privado como no setor público. E atuar no setor privado não é uma questão de preferência, é de realidade, é de sobrevivência. Se nós tivéssemos universidades públicas em quantidade suficiente para os nossos estudantes, lá nós estaríamos trabalhando.

Regulamentar o ensino superior privado tem sido uma das campanhas mais efetivas da Contee, que só conseguiu ser ouvida e ter alguma interferência após a eleição do Governo Lula. Ainda assim, têm sido bastante tímidas as ações do MEC nesse sentido. O PEC 7.200 traz todas essas regulamentações. Anotei algumas para colocar para vocês: o controle e fiscalização do estado das unidades do ensino superior privado. Ou seja, não apenas a autorização para o funcionamento, mas toda a fiscalização constante para a sua atuação na abertura de novos cursos, assim como na manutenção de um quadro de trabalhadores docentes, dentro do que está sendo estabelecido na regulamentação, que traz um percentual de mestres, um percentual de doutores e acaba com a condição de aulistas. Estabelece uma condição de contrato de trabalho decente vide o que acontece nas universidades públicas.



Plano de Carreira Docente é uma condição essencial para que possamos garantir a qualidade nesse segmento, a decência do nosso trabalho. A condição hoje do professor no ensino superior privado no nosso País, e eu trago “no nosso País” para acalmar ou alentar um pouco o coração dos professores da Rui Barbosa, da Área 1, da FTE, da FTC, da Jorge Amado e de tantas outras que sofrem com a categoria de PJ... Vocês se lembram o que é PJ? A Emenda 3 Lula vetou, e a Globo encampou a campanha contra esse veto do presidente, dizendo que era para aumentar a receita do governo, a super receita, quando, na verdade, elimina a possibilidade do PJ, o que acontece com muitos professores do ensino superior. Não têm carteira de trabalho assinada, não têm direito a férias, 13º, recebem um valor mensal correspondente às aulas que lecionaram e entregam uma nota fiscal de pessoa jurídica. Com isso torna mais barato o custo do professor para essas instituições. O PJ é ilegal. Muitos professores desconhecem a ilegalidade dessa situação ou precisam manter esse vínculo por uma relação de sobrevivência.

Outra condição vexatória que os empresários desse segmento fazem é o que nós chamamos de *stand by*. Você tem turma nesse semestre, no semestre que vem não há turma para você, você fica na prateleira, você fica em *stand by*. Seu contrato não é rompido, você não tem indenização, você fica sem aulas e sem salário, à disposição da escola, da faculdade.

Por conta desse quadro nacional a CONTEE lançou uma campanha que se chama: Educação Não é Mercadoria contra a mercantilização da educação. Esta camiseta que venho vestida hoje é apenas uma das peças dessa campanha que já circulou pelo Brasil. Já estivemos em Brasília, já apresentamos para o MEC, para o seu ministro Fernando Haddad, já estivemos na OAB no dia 8 de agosto desse ano e tivemos o seu apoio.

Essa campanha já criou outros *links*, podemos dizer assim, porque hoje, pelo menos no Sul e Sudeste brasileiro, já temos que incorporar a luta contra a desnacionalização do ensino superior privado no nosso país. Isso acontece no campo privado onde as instituições estão sendo compradas por grupos internacionais e as ações são colocadas nas bolsas de valores do Brasil.(Palmas)



Esse quadro está de forma bastante grande acontecendo no Sul e Sudeste brasileiro, mas, no Nordeste, podemos trazer os casos do Ceará e da Bahia. O banco suíço Pactual comprou a Fanor, em Fortaleza, Ceará, e já comprou aqui a Área I e, parece-me que também a FTE, e agora a Ruy Babosa. Por trás da Fanor há um banco suíço. Isso também faz parte da nossa exigência no MEC da regulamentação do ensino superior para que exista a proibição do capital estrangeiro no ensino superior. Para nós, o ensino superior é estratégico, portanto não pode estar na mão de estrangeiro, tem que estar nas mãos do Estado e da Nação brasileira. (Palmas)

Quero dizer que já existe na esfera federal duas instâncias criadas para fiscalizar o ensino superior, especificamente o privado, porque ele é o desregulamentado, o Conaes- Comissão Nacional de Avaliação Nacional do Ensino Superior- e o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. A nossa coordenadora-geral, Madalena Guasco, representa os docentes do ensino superior no Conaes. O Conaes não é uma instância de uma única fala, tem várias vozes, tem a voz do empresário do setor, do governo, do estudante, dos docentes. E estamos travando um embate muito grande com esse setor que tem um *lobby* fortíssimo em Brasília. Tanto, companheiras e companheiros, que a PEC 7.200 que discutimos passo a passo cada elemento para regularização e controle desse segmento, sofreu tantas emendas no Congresso Nacional através do *lobby* empresarial que hoje nós temos dúvidas se defendemos a sua aprovação, ou seja, nós lutamos contra um *lobby* poderosíssimo.

É preciso unidade, força, coragem e iniciativa como essa que vocês da Ruy Barbosa tiveram nesse momento, como, em 2005, os professores da FTC tiveram numa greve de 3 semanas naquela que foi a primeira greve do ensino superior privado deste Estado. E nós conseguimos arrumar uma parte porque o tamanho do problema é imenso.

E esse patronal não sabe negociar, não quer negociar, não está acostumado a negociar, ele quer fazer o que ele quiser, tendo como único motor o lucro. Isso que está acontecendo em nosso Estado é vexatório e nós temos que tomar uma postura.



A organização dessa base é nossa meta e vamos fazer isso. Estamos nos empenhando para em pouquíssimo tempo estarmos organizando esse segmento, aqui na Bahia, para fazermos a provável maior greve que esse segmento do Brasil já experimentou. É muito importante que preparemos os nossos espíritos, porque vamos ter que parar para mostrar que nós existimos, nós pensamos, que está tudo errado no ensino superior privado no nosso Estado.

Muito obrigada.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5348-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. João Henrique

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Passamos a palavra agora ao professor João Henrique, e mais uma vez, solicitamos a brevidade do tempo para que todos possam falar. Normalmente, a Casa aos 5 minutos dá um sinal, e estamos abrindo mais 2 minutos para a conclusão.

O Sr. JOÃO HENRIQUE:- Bom dia! Quero quebrar o protocolo para parabenizar a Mesa através da professora Mercedes Chaves que, carinhosamente, acredito que é a culpada disso tudo (Risos).

Sou João Henrique, do ANDES, Sindicato Nacional, e recebi o convite através dos deputados Bira Coroa e Álvaro Gomes para debater os problemas envolvendo o ensino superior. Nós, do ANDES, acreditamos que esses problemas passem por duas vertentes. Uma: o professor; e outra, o fiscalizador que se chama MEC. O professor está num problema de precariedade da carreira de docente. O que quero dizer com isso? Professores, como já foi dito aqui pela companheira do Sinpro, sem carteiras assinadas e com carga horária e salários reduzidos. O professor para conseguir ganhar mais dinheiro tem que aumentar a carga horária. Só que, aumentar essa carga implica em aumentar três a quatro vezes mais o trabalho, e não compensa. Como podemos nos dedicar à 20 alunos um tempo que nós temos que dedicar à 40 ou 60 alunos? Isso compromete a qualidade do ensino.

Então, com essa precariedade anexada à pesquisa e extensão que muitas universidades particulares não têm, se perde toda a pesquisa e o estudo científico de uma academia. Ainda mais com essa demissão de professores. Alguns sofrem assédio moral de alguns mantenedores. Nós temos problemas de demissões no meio de semestre. Às vezes, quando termina o semestre o professor não sabe se vai continuar na escola nem tão pouco, a quantidade de disciplinas que terá no próximo. Isso tudo mexe com o estímulo do professor.



Essa é a questão que se trata no ANDES: qual é o estímulo que o professor tem para estar em sala de aula?

Então, gostaria que os deputados refletissem sobre essa visão de responsabilidade social que todo mundo fala e qual a responsabilidade que os mantenedores têm com os educadores.

Solicitei ao MEC, por sua vez, que é o fiscalizador, a companheira Nádia, que está aqui presente e que falou muito bem do Conaes e do Sinaes, a quem eu entreguei uma carta numa conferência da administração e até hoje não obtive resposta. O que solicitei? O Regimento Interno da Instituição, o Plano de Cargos, Carreira e Salários, que é o tal PCCS e o Plano de Desenvolvimento da Carreira e ninguém nos deu. Quem poderá nos fornecer? O MEC, porque ele fiscaliza e aprova isso. Só que eles também não nos forneceram. Então, ficamos de mãos atadas para lutar pelos professores. E como é que poderemos lutar? Como é que poderemos mudar essa educação se o MEC tem os mecanismos, as ferramentas e tem a lei, porém não as utiliza em detrimento da educação?

Ouve-se muito que os professores fingem que ensinam e o aluno finge que aprende. Mas há uma visão pior e mais drástica que essa, que o MEC finge que aprova as universidades. Há muitas universidades, deputado, no Estado da Bahia, que estão sucataadas, que não têm laboratório de Informática, que não têm laboratório de Enfermagem. Precisamos fazer um rastreamento nessas universidades.

E elas foram aprovadas, os cursos foram aprovados. E como estão trabalhando assim? Como as faculdades estão trabalhando? Como a companheira disse, sem carteiras assinadas. E o MEC aprovou esses cursos. Como é que aprova?

A lei do Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior diz também que todo conselho deve fiscalizar. Somente, no art. 35, a OAB e, justamente, o Conselho de Medicina é que têm que regulamentar esses cursos. Mas, em outro artigo a seguir, diz que qualquer conselho pode acionar. E por que os conselhos também não fiscalizam a precarização daqueles docentes do seu conselho?



Como a colega disse, é a redução dos custos para maximizar o lucro. O problema é que se está reduzindo os custos através do professor e da estrutura da faculdade.

Então, essas são algumas medidas que, acredito, sejam pertinentes para o debate.

Obrigado a todos. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5349-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Rui Andrade

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Passamos a palavra, agora, ao Sr. Rui Andrade, representante dos alunos. (Palmas)

O Sr. RUI ANDRADE:- Exmº Sr. Presidente desta sessão, deputado Bira Coroa; Exmºs Srs. Deputados Álvaro Gomes e Heraldo Rocha, que acolheram este movimento desde o primeiro momento; Exmª Srª Profª Nadja Viana, representante da Abames nesta ocasião; Exmª Srª Profª Cristina Kavolkievicz, representante do Sinpro; Profª Mercedes Cunha Chaves, que é, antes de tudo, docente, mas é, hoje, motivo de orgulho para quem é ou não seu aluno e, além de tudo isso, uma mulher de coragem. Fico feliz que esteja encampando esta luta conosco; o também professor, Sr. João Henriques, representante da Andes; Dr. Aurisvaldo Sampaio, representante do Ministério Público, a quem cumprimentei mais cedo nesta ocasião; antes de mais nada, queria não só agradecer, mas também parabenizar o papel que esta Casa está assumindo.

Pela primeira vez estamos vendo um poder público estadual tomar a frente da bandeira da educação. Nós estamos vendo o Poder Legislativo assumir a frente com a abertura desta Casa para alunos e professores. Então, acho este um momento especial que merece destaque. Porém, mais do que isso, este é um momento em que a Assembléia Legislativa deixa de lado, ignora não apenas as suas competências legais, mas vai passar a assumir o seu papel social.

Se esta audiência pública se reverter em políticas concretas, e é isso que nós esperamos, esta Assembléia Legislativa terá assumido o seu papel social perante à sociedade baiana no quesito da educação. (Palmas)

E como representante dos alunos, eu não poderia deixar de mencionar que, ao longo de toda a história e, principalmente, desde a época da ditadura no Brasil, os movimentos



estudantis foram o motor de grandes transformações sociais. E não é diferente no caso das universidades privadas.

Como já foi muito bem pontuado por todas as pessoas que me antecederam, é latente e notório que o ensino superior no Brasil foi, primeiro, alvo de uma privatização, e, segundo, alvo de uma precarização que posso classificar como indesejável. Porém, mais do que isso, no ensino médio ocorreu o seguinte: as escolas públicas foram sucatadas ao passo que algumas escolas particulares tomaram para si o papel de ser o centro de excelência.

Já no Ensino Superior temos as universidades federais ainda hoje reconhecidamente como centros de excelência, e as escolas públicas viraram os grandes currais para os alunos que não conseguiram acessar o ensino público de qualidade.

Viraram o espaço de vazão desse grande alunado que não obteve espaço. Existiam ilhas, e eu me matriculei em uma dessas ilhas. Ilhas de qualidade dentro do ensino privado. Sou aluno da Faculdade Ruy Barbosa e com certeza fui convidado para compor a Mesa não para falar de educação, porque não tenho o saber que muitos dos senhores que a compõem têm. Eu vim aqui para falar da minha experiência. A minha e a de grande parte dos colegas que estão aqui foi de se inscrever e acreditar que dentro do ensino privado existem ilhas de qualidade, faculdades que prezavam pelo seu papel social, faculdades que sempre defenderam e levantaram a bandeira da educação de qualidade. Infelizmente o que se vê hoje no Estado é que uma a uma essas bandeiras foram derrubadas. Uma a uma essas faculdades são compradas e drasticamente alteradas, ignorando a sua história, a sua função. E nesse ponto é importante dizer que a precarização do ensino passa tanto pela relação com o aluno quanto pela relação com o professor.

Acredito que a participação das entidades sindicais dos professores aqui representa uma virada de página quando os representantes deles dizem que vão trazer uma mudança para isso. Eu acredito porque, se uma faculdade é controlada pelo MEC, pouco importa. Pouco importa quem são as mantenedoras. Se você tem alunos de qualidade e professores de



qualidade, já tem os primeiros passos para uma faculdade de qualidade. Naturalmente isso não é o bastante.

O deputado Álvaro Gomes falou que era papel do Estado regulamentar para garantir o mínimo de qualidade na educação. Para garantir parâmetros mínimos. Vou pedir licença para discordar. Acho que esse é um equívoco e acredito que o MEC, tampouco qualquer outro órgão público, não tem de garantir um mínimo de qualidade, e sim o máximo. Então, essas são as circunstâncias em que as instituições públicas amparadas pela sociedade civil, que está se mostrando por esta sala cheia preocupada com o assunto, têm de mostrar que é o momento de o poder público encampar essa idéia e partir para a transformação da sociedade.

No que tange aos alunos, o que se viu até agora, o que se viu ao longo de toda a mobilização que ocorreu em algumas faculdades, inclusive na minha, é que nós só podemos oferecer os nossos braços, a nossa vontade e nossa voz para defender a educação.

(Não foi revisto pelo orador.)



5350-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Nadja Valverde Viana

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Queremos também registrar que aqui a este evento estão presentes a Secretaria da Educação, através da Codes, e a Casa Civil. Não os chamei à Mesa porque assumiram não ser representantes oficiais dos setores.

Neste momento passo a palavra a professora Nadja Viana. Em nível de esclarecimento vamos abrir-lhe um tempo maior porque quase todos falaram em uma linha direcionada numa mesma representação, e por justiça ela vai precisar de mais tempo para a sua exposição. É apenas justificando o porquê.

A Sr^a NADJA VIANA:- Obrigada, deputado.

Bom-dia a todos, Exm^o Sr. Presidente desta audiência pública, deputado Bira Coroa, através de quem cumprimento toda a Mesa Diretora, senhores mantenedores, senhores professores, alunos, pessoas ligadas à educação, que, evidentemente, estão pugnando pela educação de qualidade.

A Abames, Associação Baiana de Mantenedores do Ensino Superior, é uma instituição criada há seis anos e que hoje congrega mais de um terço das instituições particulares da Bahia. Portanto, alta representatividade.

Em nome desta instituição, aqui me pronuncio, porque 39 anos labutando com a educação, tendo tido a oportunidade de, na Universidade Federal da Bahia, ocupar todos os cargos no exercício pleno no ensino público; como membro do Conselho Estadual da Educação da Bahia, 16 anos tendo sido presidente deste Conselho; presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, conheço muito do sistemas estaduais deste Brasil. E agora, há dez anos trabalhando no setor privado. Portanto, uma vida que já me permite tecer alguns comentários sobre a educação e, seguramente, da educação de qualidade, porque esta é a educação que eu conheço.



A Universidade enfrenta uma das épocas mais interessantes pela sua incerteza e complexidade, pois a globalização, fenômeno irreversível neste mundo, implica a possibilidade de aproveitar oportunidades importantes, mas também desafios e problemas sérios com relação ao futuro, ao que se questiona como ideal do público e do bem comum. Os valores das instituições universitárias continuam válidos: autonomia, liberdade de cátedra, pesquisa, o processo educacional na formação dos educandos, a avaliação, mas são valores amenizados no contexto da globalização.

Devemos nos preocupar é com o tipo de globalização que vai prevalecer. Queremos lutar para que as instituições de nível superior se dediquem à construção de uma sociedade global que responda ao sentimento de solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, humano e social.

A comunidade universitária tem que se preocupar e contribuir para promover as transformações necessárias das principais tendências da educação mundial: expansão quantitativa, privatização crescente, diversificação institucional com várias tipologias, aumento das restrições do financiamento público, com o objetivo de responder adequadamente a problemas prementes, como a redução do financiamento público, políticas governamentais muitas vezes inadequadas, estrutura rígida e dificuldade de relacionamento com o setor privado. As universidades têm que lidar com este problema, principalmente os países em desenvolvimento.

A Unesco, há dez anos, na Conferência Mundial sobre a Educação Superior, já fazia sugestões valorosas de como enfrentar os desafios mais urgentes, como atualização permanente dos docentes ligados ao ensino, a atualização e flexibilidade de currículos, a introdução da tecnologia da informação como ferramenta de aprendizagem, modernização dos sistemas de gestão acadêmica, integração e complementação da educação pública com a privada, assim como da educação formal, informal, e a distância.

Irei descer da tribuna a fim de apresentar o *power point*.



As principais tendências da educação mundial, que não deixam o Brasil de fora porque fazemos parte do mundo, levando em conta o mundo, especialmente a América Latina e o Caribe.

Temos uma tendência de massificação muito bem posta no momento atual. Massificar a educação é fazer atingir a população mundial, não significa dizer, como muitas vezes se pensa, que massificar vem acompanhada de perda de qualidade. Em 1960, o mundo tinha 13 milhões de estudantes, em 2005, tinha 137 milhões de estudantes. Então, essa massificação veio para oportunizar a educação aos jovens deste mundo, não só aos jovens, mas àqueles que, na idade própria, não tiveram oportunidade da educação superior.

A segunda tendência é a questão da educação continuada, a educação permanente, face ao crescimento exponencial do conhecimento. Esta é outra tendência mundial. No passado, os Estados Unidos investiram cerca de US\$ 15 bilhões – as empresas americanas – na educação corporativa, diante da necessidade de manter-se atualizado todo o seu corpo de colaboradores. Assim também, no Brasil. Não podemos perder de vista que, com o crescimento exponencial do conhecimento, é impossível alguém se manter atualizado sem que haja a permanente e continuada formação.

A terceira grande tendência é o incremento vertiginoso da mobilidade acadêmica internacional. Países em desenvolvimento, principalmente os da Ásia, hoje têm possibilidade muito grande de mobilização, ou seja, de seus jovens saírem para outras localidades que tenham educação que atendam à sua boa formação. Conseqüentemente, há um risco para esses países de evasão de cérebros. Portanto, temos que fortificar os nossos sistemas para que possamos oferecer e manter os nossos jovens no nosso sistema educacional.

Uma quarta, é a privatização da educação superior, tendência mundial. Toda a grande maioria, a maioria absoluta das instituições de ensino superior do mundo, hoje, estão privatizadas, fora algumas instituições do Oeste da Europa e da África. Fora disso, a predominância de instituições particulares é a tônica. As melhores universidades do mundo são particulares. Então, a natureza jurídica não determina qualidade. O processo educacional,



sim. Não há que se impugnar por não se aceitar a privatização do sistema, uma vez que para o caso do nosso País ela é constitucional. Até 31 de outubro de 1988, era concessão do Estado. Mas a partir daí, a Constituição Cidadã, que leva a todos a memória de Ulysses Guimarães, que enxergava adiante de muitos, pugnou e colocou um artigo dizendo que a educação é livre à iniciativa privada, mediante duas condições: logicamente, seguir as leis, e a segunda é autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Então, deixou de ser concessão para ser uma iniciativa livre como qualquer outra atividade que se desenvolve neste País.

Democratização do acesso por vários motivos. Nós ainda temos muita injustiça. Felizmente, estamos trabalhando e avançando na democratização de acesso porque, antes, a nossa educação, principalmente a educação brasileira, era extremamente elitista, atingia somente a classe “A” e, ainda hoje, se olharmos os dados, observamos que 74% das vagas oferecidas nas universidades públicas estão sendo ocupadas por jovens que pertencem ao primeiro quintil na distribuição da população brasileira e apenas 4% do último quintil, o que significa dizer que precisamos atender, realmente, a todos para que pratiquemos a justiça social, hoje, refeitas já as questões de gênero, etnia, religião e classe social.

Mas esse é um processo que ainda vai demorar muito, porque estamos muito longe e muito aquém de atingirmos o mínimo que está posto no Plano Nacional de Educação. Em 2001, este País, pela primeira vez, teve um Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso Nacional. Entre as metas para a educação superior, uma estabelece que, na década da educação, ou seja, até 8 de janeiro de 2011, teríamos que ter 30% dos jovens desde País, com idade entre 18 a 24 anos, cursando o ensino superior.

Mas não vamos chegar lá. Hoje, temos 17% da população cursando o ensino superior; de jovens temos somente 12%. Temos dois anos a mais, para dobrar o sistema, a imposição da expansão é legal. Logicamente, esse mesmo plano trata de qualidade, e precisamos, sim, estabelecer os parâmetros de qualidade. A regulação, fica cada vez mais forte, e tem que ser assim, porque o setor precisa ser devidamente monitorado pelo poder público, porque a autorização é dele.



Aperfeiçoamento dos processos de gestão.

Essa questão também é uma tendência mundial, porque, de modo geral, as gestões das instituições de ensino não são, vamos dizer assim, profissionalizadas. Somos professores e eleitos para determinados cargos sem um aperfeiçoamento de gestão. Portanto, é necessário se cuidar da formação dos gestores para que tenhamos instituições de qualidade.

Carências de atualizações e flexibilidades dos currículos.

Infelizmente, as nossas instituições não acompanham com a velocidade que o crescimento exponencial do conhecimento exige para que tenhamos currículos bastante atualizados.

Universidade de abrangência mundial.

É uma outra tendência. Quando falamos em universidades de abrangência mundial, queremos dizer que são universidades que têm o reconhecimento de qualidade. Ou seja, é uma questão de “acreditação”. E essa é uma outra tendência muito especial. Os processos de regulação, avaliação e efetivação, já disse, têm que ser mais fortes.

A diversificação de tipologias.

Antes só tínhamos universidades, hoje temos centros universitários, institutos superiores, faculdades. Então, estão-se buscando modelos novos para que possamos atender à demanda da nossa sociedade.

Diversificação de fontes de financiamento.

É verdade que há um esgotamento, no mundo inteiro, de verbas públicas para fazer a manutenção única das instituições, que precisam, realmente, buscar outras fontes, e não é justo que, no setor privado, seja apenas a mensalidade paga pelos alunos. As parcerias público-privadas têm que existir. O governo federal terá que enfrentar isso, porque não tem fôlego para expandir a universidade pública, e vamos ver depois, para atender a toda a demanda. Então vamos precisar ter espaço e diálogo com o governo, exatamente para o financiamento adequado para a educação. Portanto, as alianças estratégicas entre o setor privado e o setor público e entre instituições e o mundo produtivo, exatamente, porque precisamos dar cabo da



formação adequada de profissionais para atender ao desenvolvimento socioeconômico do nosso País. Portanto, é responsabilidade também do setor produtivo estar atento... e colaborar com as instituições de ensino.

Por fim, predomínio da tecnologia da informação e comunicação. Uma instituição de ensino que não investe adequadamente em tecnologia da informação segrega os seus alunos não lhes permitindo acesso ao conhecimento produzido. Portanto temos que ter, em conjunto, realmente uma preocupação com uma política extremamente adequada à tecnologia para atender as exigências do mundo na atualidade.

Neste momento, vou apresentar alguns dados que são do INEP, mas que a AC Consultoria, de maneira muito interessante, fez uma compilação para mostrar aos senhores como está a situação da oferta da educação superior no Brasil num comparativo entre 2000 e 2006.

O Brasil havia 1.180 instituições em 2000; em 2006 eram 2.210. Hoje, já ultrapassamos 2.800. No Nordeste, tínhamos apenas 157 instituições; hoje são 412. No Estado da Bahia eram somente 48; agora são 118. E não temos nenhuma municipal. Então o crescimento da educação no Brasil foi de 92%; e no Nordeste de 162%.

No Estado da Bahia 141 – estamos aquém do avanço que aconteceu no Nordeste –, e no município de Salvador tivemos um acréscimo de 75%.

Em termos de distribuição, que é um grande avanço, agora atingimos o nosso interior – antes, a educação era toda nas capitais e nos grandes centros –, que não era contemplado com a educação superior. Hoje, estamos tendo 1.459 instituições no interior brasileiro e 811 nas capitais. Quanto à subordinação jurídica, temos o seguinte quadro: públicas, 248 – atualmente há um pouco mais, pois esses dados são de 2006 –; privadas, 2.022. No Nordeste, são 349 instituições privadas contra 63 públicas.

Vejam, senhores, que o acréscimo das instituições privadas foi de 209%; no Nordeste brasileiro o investimento do setor público significou um acréscimo de 43%.

Em termos da Bahia, temos hoje sete universidades públicas e 111 instituições privadas. Em Salvador, são três instituições públicas e 46 privadas. A contribuição do setor



privado ao Ensino Superior da nossa cidade é extremamente significativa; já o acréscimo das escolas públicas nesses seis últimos anos foi zero, só agora começou a haver uma ampliação de vagas. Enquanto isso, o setor privado cresceu 87%.

A evolução, portanto, das nossas instituições está aí posta: as instituições privadas cresceram 84%, e a pública 0%.

Temos hoje 28 mil cursos no Brasil. No Nordeste temos 3.944; na Bahia 1.008; e em Salvador 382.

A evolução de cursos no setor privado foi de 198%, enquanto no setor público foi de 215 nesses últimos 6 anos.

Vagas – A mesma coisa acontece quando vamos reproduzindo todos os outros índices. Por exemplo, nós tínhamos no ensino superior um milhão e duzentas mil vagas em 2000; agora, em 2006, que pouco avançou, nós temos dois milhões e seiscentos. Se formos observar a distribuição dessas vagas, nós veremos que o crescimento no número de vagas oferecido no Brasil foi de 116%, no Nordeste, 153%, na Bahia, 220% de expansão de vagas para atendimento da demanda. Em Salvador, 177% de ampliação do número de vagas.

A evolução do número de vagas foi de de 228% da instituição privada e de 9% da escola pública

Na última tela temos concluintes – se observarmos o que aconteceu com o número de concluintes neste Estado em 2000, as instituições públicas graduaram 2.642 profissionais de nível superior. As instituições particulares, 3.372. Em 2006, as instituições públicas graduaram 2.896, enquanto as instituições particulares graduaram mais de 12 mil profissionais.

O que quero mostrar com isso? O setor particular de ensino superior na Bahia tem tido uma importância que muitas vezes não é levada em conta. O mercado de trabalho, o desenvolvimento sócio-econômico humano da Bahia estaria extremamente comprometido se ele se mantivesse somente com esse número irrisório de vagas oferecido pela escola pública, enquanto o setor privado, em parceria com o público, é que vem dando conta da formação e



atendimento da demanda para o nosso desenvolvimento. Então, o setor particular tem uma importância extraordinária e cada vez mais com os investimentos e com as políticas educacionais implementadas, inclusive através da Abames, que tem hoje um código de ética, que trabalha a questão da qualidade e vem qualificando as instituições, nós temos tido um papel da maior relevância e, portanto, de reconhecimento por parte de toda a sociedade.

E é nesse particular que vamos continuar trabalhando, é exatamente pugnando pela educação pública de qualidade, porque as pessoas com educação são comprometidas com essa questão da qualidade, de maneira que nós possamos dar conta daquilo que a sociedade, que o governo brasileiro espera de nós, porque, sem ser concessão, mas sendo iniciativa privada fiscalizada pelo poder público, seguramente nós passamos pelo crivo de toda a esfera federal, dando conta daquilo que é nossa responsabilidade.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 26/11/08

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Vamos dar continuidade à sessão.

Queria só explicitar um pouco melhor o meu ponto de vista. Talvez não tenha conseguido me expressar bem na hora em que falei ou não tenha sido compreendido. Mas o meu ponto de vista com relação à educação é: defendo a educação pública, gratuita e de excelente qualidade. Essa é a minha defesa central. Defendo que a educação seja como acontece em Cuba, por exemplo: 100% pública, gratuita e de alta qualidade. Então, isso é o que defendo. (Palmas)

Coloquei no meu discurso é que temos, hoje, uma realidade objetiva, concreta. Essa é a realidade objetiva: temos o ensino público e o ensino particular. Vem sendo feito um esforço no sentido de aumentar o ensino público. Tomemos o exemplo da Bahia. Existia apenas uma universidade federal; hoje, são 3, e também há a disposição do governo de implantar em cada cidade pólo uma extensão da Universidade Federal. Então, esse esforço vem sendo feito.

Nas universidades particulares, o governo vem implementando o ProUni, que dá aos alunos carentes acesso às universidades e às faculdades. Então, o ensino particular, que é uma concessão pública, precisa, naturalmente ter o máximo de qualidade, evidentemente. Esta é a questão, a defesa que fiz, faço e reafirmo.

O que coloquei na tribuna é que, na realidade, existem faculdades, instituições que não possuem prédios, bibliotecas e nem cursos reconhecidos. Isso precisa acabar. Foi esta a formulação que fiz ao me pronunciar aqui.

Então, o ensino privado que já existe, é uma realidade que não podemos desconhecer. E os dados foram colocados aqui, acabaram de ser colocados pela professora Nadja: são 12 mil graduados pelas escolas particulares e 2.800 pelas escolas públicas. São 111 instituições da rede particular. Então, é uma realidade objetiva.



Reafirmo aqui, como princípio básico, continuo almejando este princípio básico, o ideal é que cheguemos a uma situação em que não exista qualquer escola particular de nível superior, que sejam todas públicas, federais e de alta qualidade para o desenvolvimento.

Esse é o ideal, mas a realidade objetiva que vivemos hoje é diferente, é uma realidade em que há a federal e a estadual públicas e a particular. E a escola particular precisa ter qualidade, o governo, o poder público precisa fiscalizar, precisa exigir o máximo de qualidade possível. Não pode permitir que uma escola de nível superior funcione sem sequer ter uma biblioteca, sem ter professores qualificados, sem ter uma sede, sem ter curso reconhecido. Isso precisa acabar.

Esse foi o centro de minha argumentação, para que fique bem claro qual é o meu ponto de vista.



5351-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Euclides Fernandes

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. (Palmas)

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores educadores, universitários, parece-me que o maior contingente é da Faculdade Rui Barbosa.

Sr. Presidente, defeitos, deficiências existem, não só no ensino particular, mas também no ensino público, mantido pelo poder público, principalmente do Estado.

Então, Sr. Presidente, a educação é fundamental, a educação é a base de transformações sociais, educação é o instrumento mais seguro para que um pai humilde possa vislumbrar um futuro melhor para seus filhos.

Sr. Presidente, nós temos uma dicotomia no que diz respeito ao sistema educacional. Até a Constituição que foi promulgada em 05 de outubro de 1988 somente o Estado poderia manter o ensino público e entidades de cunho filantrópico. Mas, dentro da igreja, a Universidade Católica. Com o advento da nova Constituição, permitiu-se que o setor privado entrasse também como mantenedor do Ensino Superior. No entanto continua sendo uma concessão porque precisa da autorização e, depois, do reconhecimento do governo (Palmas, muitas palmas!) - do Conselho Federal de Educação, para as instituições de ensino da rede privada; e dos Conselhos Estaduais de Educação, para as instituições de ensino mantidas pelo poder público do Estado.

Então é inegável a importância da educação, Sr. Deputado Álvaro Gomes, presidente desta magna sessão, que nós temos hoje na nossa realidade. Na Constituição Federal reza que é obrigação do Estado dar condição de acesso à educação a todos. Contudo o Estado é impotente, incapaz de aplicar esse dispositivo constitucional para permitir a todos que querem pensar num futuro melhor trilhar o caminho da educação.



Daí, Sr. Presidente, a importância que tem - já foi comprovado aqui com dados pela nossa educadora professora Nadja - o papel do ensino privado. É óbvio, quando o Estado tiver condições de dar a todos o acesso ao Ensino Superior mantendo instituições para tal, desaparece a importância do ensino particular. A pessoa vai procurar o vestibular, a universidade particular, porque na pública a concorrência é muito grande. Na Saúde, em Enfermagem, Medicina, na área pública a oferta de vagas, meu caro presidente Álvaro Gomes, é pequena para o número de jovens que querem ser enfermeiros, médicos. E na do Direito, para os que querem ser advogados. Daí, eu não concordo em condenar o ensino privado, que hoje exerce um papel importante para a sociedade brasileira.

Agora, Sr. Presidente, o pobre pai de família que quer ver seu filho crescer, vislumbrá-lo um dia doutor, advogado, médico, fisioterapeuta, enfermeiro, evidentemente o Estado precisa amparar. Nós temos instrumentos, mecanismos de apoio ao estudante pobre, como o Pró-Uni, que existem para quem não passa no vestibular concorrido numa universidade pública. Só passam nele, caro presidente, aqueles que podem pagar um pré-vestibular ou estudaram numa escola de 2º grau de alta qualidade de ensino. Por isso, o pobre busca a faculdade particular. Lá ele tem mais condições de realizar o seu sonho, o seu desejo de ser universitário.

Então, quais são os instrumentos que existem? Pró-UNE, pouquíssimas vagas, FIES, que é uma malvadeza, é quebrar o sonho do jovem. O que é o FIES? É como se fosse uma atividade comercial, um empréstimo com avalista, se não tiver avalista não faz o empréstimo. Isso é que é malvadeza no Poder público. O FIES serve para quê? Para dar acesso ao estudante, para aquele pobre que não passou na universidade pública ter condições de estudar numa faculdade particular. Ele tem que ter avalista, não pode ter o nome no Serasa e depois, logo que se forma, tem que iniciar o pagamento, sob pena do nome ir para o Serasa, etc, etc.

Então, essa área de apoio ao estudante que não conseguiu ingressar na rede pública é perversa. Aqui na Bahia, se V.Exª não sabe, vou dizer, e também ao nosso digno presidente, deputado Bira Coroa, existia um instrumento de apoio ao estudante pobre: Faz-Universitário.



Esse deputado já cansou, já bateu pernas junto ao secretário da Fazenda, Carlos Martins, para criar um sistema de compensação entre a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Educação, que é o gestor, e a instituição de Ensino. Já cansei, já pedi a S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, já pedi ao Secretário de Educação, já pedi ao Secretário da Fazenda, um governo de inclusão social, um governo que pensa nos excluídos, que quer incluir para dar uma melhor condição de crescimento. Evidente que é meu protesto aqui, nesse momento, em que se estar falando de educação. Então, iniciou-se ainda, desde o primeiro dia do governo de Jaques Wagner a discussão para o Faz-Universitário.

Então, Sr. Presidente da Comissão de Educação, deputado Bira Coroa, entrego-lhe essa responsabilidade. Sou impotente, declaro. Há um ano e meio que luto para se reiniciar o Faz-Universitário, o apoio do Poder público ao pobre que não pode pagar a faculdade. Peço a V.Ex^a, deputado Bira Coroa, que veja isso junto a S.Ex^a, o governador do Estado, para reiniciar o processo do Faz-Universitário para os excluídos, para o filho do humilde que não tem condições de pagar universidade particular e nem foi aprovado na universidade pública, um programa tão importante que foi retirado do governo do Estado.

Eu queria falar, porque educação, para mim, é a coisa mais bela que existe, mas não vou desobedecer a V.Ex^a mais, meu caro deputado Álvaro Gomes, que estava na presidência. Eu tinha muito o que falar. Educação é importante, jovens. É o caminho para vocês vislumbrarem um futuro melhor.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5352-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Heraldo Rocha

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Nós, por uma emergência de tempo dos deputados, quebramos um pouco a seqüência da Mesa e nesse momento passo a palavra ao deputado Heraldo Rocha e, em seguida, ao diretor da Faculdade Dois de Julho.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Bom-dia a todos. Exmº Sr. Presidente da Comissão de Educação, que tem realizado um belíssimo trabalho nesta Casa, deputado Bira Coroa, um dos proponentes desta audiência pública; nobre deputado Álvaro Gomes, deputado, guerreiro, só desejo que V.Exª não traga Fidel Castro para administrar a Bahia; professores, mestres; alunos, tenho cinco mandatos, pela primeira vez vejo, nesta Casa, uma discussão sobre a universidade privada.

Os professores da rede pública estadual têm vindo a esta Casa muito pouco neste mandato, e fico feliz que hoje deputados da base alidada do governo estejam interessados na universidade pública privada.

Acredito que este é o momento histórico e que, como dizia na sua linda canção Geraldo Vandré, “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Os alunos da Rui Barbosa, no seu corpo docente, nos proporcionaram um momento importante de analisar a realidade do ensino público privado. Sou a favor, como bem afirmou o deputado Álvaro Gomes, da universidade pública de qualidade e gratuita. Mas, também, sou a favor do avanço da universidade privada. O muro de Berlim já caiu. A globalização já existe.

Como bem colocou o deputado Euclides Fernandes, temos que avançar, temos que nos modernizar, temos que acompanhar os avanços. Agora, com essa fiscalização feita pelos senhores e senhoras, desde os alunos até os professores, e os diretores de faculdades que aqui estão.



Há necessidade de o governo federal, porque este é um assunto da legislação federal, através do Ministério da Educação, através do Conselho Federal de Educação, fiscalizar. Mas nem por isso, deputado Bira Coroa, nós, deputados estaduais, vereadores e a sociedade civil, podemos ficar alienados no processo de construção desse novo modelo de educação. Não podemos.

Este é um momento importante. Quero solicitar, inclusive, aos professores, tanto para o lado contrário das universidades como do lado favorável das universidades privadas, que nos mandem o material, que mandem os documentos para que a gente possa analisar, comparar e fiscalizar.

Hoje, os nossos gabinetes parlamentares vivem cheios de pais de alunos pedindo bolsas para as universidades privadas. E não temos condições de atender a todo mundo. Há uma limitação. O deputado Euclides Fernandes fez uma observação muito correta. Por que acabaram o FazUniversidade? Um programa exitoso. Porque era do governo passado, era herança maldita. Ora, o que é bom é para continuar, e acabaram com o Programa FazUniversitário. Faço um apelo ao Exmº Sr. Secretário Adeum Sauer, da Educação, ao Exmº Sr. Secretário da Fazenda, Carlos Martins, ao Exmº Sr. Governador do Estado, para que retomemos o FazUniversitário. Se tem que haver modificações, se tem que haver correções, que se as faça, mas não se acabe um programa que tem o apoio.

Para concluir, deputado Bira Coroa, precisamos discutir mais profundamente esse assunto das universidades privadas. Ontem mesmo, recebi no meu gabinete, como Líder do partido que sou, um panfleto das universidades estaduais, das universidade que V.Exª tão bem dirigiu, a UEFS, onde há greve por baixos salários.

O orçamento público da educação deste ano é menor do que o do ano passado. O orçamento das universidades estaduais deste ano é menor do que o do ano passado. Vamos votar, agora, o Orçamento para 2009. Esperamos que todos os deputados atendam às nossas emendas para aumentar o orçamento das universidades.



Portanto, quero concluir, primeiro, agradecendo a vocês todos pela presença nesta Casa. Ela se enriquece sobremaneira, porque é a Casa do povo. Não fazemos mais do que a obrigação de recebê-los e parabenizar V.Ex^a, deputado Bira Coroa, por este momento importante, e concluo dizendo “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5353-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Josué Mello

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Quero registrar a presença do Fórum de Defesa do Idoso, da FTC e do presidente do Partido dos Trabalhadores da cidade de Nova Ibiá.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Josué Mello, diretor geral da Faculdade Dois de Julho.

O Sr. JOSUÉ MELLO:- Sr. Presidente, deputado Bira Coroa, deputado Álvaro Gomes, deputado Heraldo Rocha e demais deputados aqui presentes, saúdo a professora Nadja Viana e, saudando-a, quero saudar todos os membros da Mesa, professores, representantes de instituições aqui presentes e estudantes. Saúdo-os como estudantes, não como alunos. Não gosto dessa palavra “aluno”, porque na raiz dela, em latim, é precisamente “aquele que não tem luz”, e vocês demonstraram aqui muita luz. Portanto, saúdo-os como estudantes.

Em nome da minha instituição, agradeço esta oportunidade desta sessão e deste debate. Congratulo-me com a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, que, na pessoa dos deputados Bira Coroa e Álvaro Gomes, acolheu a proposta que vocês trouxeram para esta sessão pública. Congratulo-me com a iniciativa e saio daqui hoje feliz, revigorado por este debate que a meu ver, teve como centro a qualidade da educação superior privada em nosso Estado da Bahia. Entendo que o que está em jogo hoje na educação, e venho de uma experiência de professor e de gestor em instituição pública, porquanto fui pró-reitor acadêmico e reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana por algum tempo. Portanto, venho de toda uma história de comprometimento com a universidade pública... Agora participo de uma experiência de uma administração privada, mas sem fim econômico, privada, mas não particular, preocupada em desenvolver uma educação superior de qualidade. Portanto, congratulo-me com vocês por essa temática.



Para mim, a frase que vai marcar este encontro de hoje é: “Queremos ensino de qualidade.”. O que está em jogo hoje no mundo e no Brasil não é a natureza jurídica da instituição, porque se pode conseguir qualidade numa universidade pública como também numa universidade privada. Não é por brincadeira que a melhor Universidade do mundo é privada. É de lá que têm saído as melhores cabeças, as melhores inteligências e as maiores lideranças do mundo. É a universidade que tem dado a maior quantidade de presidentes dos Estados Unidos. É uma instituição privada. Quantos profissionais de excelência estão aí no mundo do trabalho e são oriundos de instituições privadas? Portanto, não podemos hoje no Brasil e no mundo de hoje ter esse preconceito. Esse preconceito, a meu ver, não tem sentido. O que importa é que haja qualidade, excelência na educação, seja ela pública ou privada.

Cláudio de Moura Castro, um educador que responde como assessor da Unesco, que sempre escreve muito sobre educação, no ano passado, ele publicou um artigo e disse precisamente isto: “O que está faltando na educação brasileira é crise.”. É crise! Ninguém se incomoda com os baixos índices de qualidade. Isso não gera crise na sociedade, não gera uma insatisfação ao povo brasileiro. No entanto, se ocorre uma crise, um baixo índice de qualidade na educação da Alemanha ou em qualquer país da Europa, aquilo é uma crise imensa que sacode a sociedade como um todo, e o governo começa a pressionar para melhorar os padrões de qualidade. No Brasil, os índices são divulgados, as coisas acontecem e não geram crise. Só o que gera crise entre nós é a seleção de futebol perder, por exemplo, um campeonato ou uma copa do mundo. Aí a coisa é muito séria. Mas a educação não foi ainda levada a sério por nossa sociedade e isso não gera crise. No momento que gerar crise, as coisas começarão a acontecer.

E eu sinto, hoje, um grande sinal de esperança aqui. Parece que está começando a despontar uma crise. É ótimo que a crise apareça porque ela é sinal de construção nova, ela é sinal de esperança. É ótimo que vocês, estudantes, estejam aqui reclamando por qualidade na educação. A partir daí acredito, realmente, que as coisas podem acontecer. E estamos juntos - a Assembleia Legislativa, a Abames, os diretores, os professores e os estudantes - todos juntos



lutando por aquilo que nos interessa. No mundo globalizado como o de hoje, a educação, até como exigência ética, tem que ser de qualidade, de excelência, senão ela não está preparando a juventude para os desafios do século XXI.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-03****Ses. Esp. 26/11/08**

O Sr. PRESIDENTE(Bira Coroa):- Antes de passar para algumas discussões que foram solicitadas, quero registrar a presença do deputado Aderbal Caldas que está participando desta sessão. Queria pedir desculpas ao deputado porque eu não havia percebido a sua presença aqui desde o início. É um deputado que também tem contribuído muito com a discussão da educação, tem contribuído com a Comissão da Educação nesta Casa.

É bom destacar que o papel desta audiência é discutir, em especial, a situação das universidades privadas do Estado da Bahia, tem como objetivo central trazer a problemática para o debate público, oportunizando condições de exposição a todos os setores, tanto dos estudantes, dos professores, como dos mantenedores das instituições, e trazer, também, para a responsabilidade desta Casa o papel de acompanhamento, de fiscalização e de representação da sociedade baiana através da qual fomos eleitos.

Então, quero deixar claro que, dentro desse contexto, a gente também não pode deixar de externar as nossas posições.

Como educador, sou defensor do ensino público por excelência e de qualidade, sem sombra de dúvida. Tenho tido um cuidado muito grande neste debate. Venho acompanhando a situação da educação em todos os níveis no nosso Estado. E quando fui procurado por estudantes e por alguns colegas professores para debatermos esta questão, vivenciei mais uma vez um momento que, na Bahia, tornou-se realidade nos meados da década de 70 até a década de 80, foi o crescimento desordenado de instituições privadas do ensino médio. E, logo no início da década de 90, elas já não conseguiam se firmar, já não tinham estrutura suficiente para continuidade. Vivenciei, a partir daí, boa parte dessas instituições que atingiram melhor estrutura, a transformação ou migração para o ensino superior. E, de repente, a gente também presencia muitas dessas instituições tendo a responsabilidade de gestão transferida. E isso é, sem sombra de dúvida, um ponto que nos trouxe também para a discussão, com a preocupação



de que não apenas fosse uma ação comercial ou uma transferência de investidores, mas que o central desse processo, o pilar de sustentação fosse a qualidade do ensino.

Quero fazer minhas as colocações feitas aqui pelo representante dos estudantes, o Sr. Rui Andrade, quando ele diz que não temos que lutar pelo mínimo de qualidade de ensino e, sim, pela sua total qualidade. Essa é a discussão que nos traz e nos permite conduzir nesta Casa e também nas instituições.

Reconheço que foi colocado aqui por todos que me antecederam na palavra, incluindo os colegas deputados, que estamos numa condição em que o Estado não tem a estrutura suficiente para atender o ensino superior quando a nossa legislação mesmo atribui. E isso é a ausência de políticas públicas de investimentos e de compromissos que já vêm se arrastando ao longo de muitos anos. Mas é bom destacar que grandes avanços ocorreram nos últimos tempos: o próprio comprometimento do governo federal em ampliar o número de universidades federais no Brasil, que retrata na Bahia 60 anos de atraso, quando se mantinha apenas uma única universidade federal no Estado que foi pioneiro no ensino superior nesse País, mostrando claramente o descompromisso existente com o processo de ensino no nosso Estado, em especial no nível superior.

Assim também, como as oportunidades que aqui foram listadas e quero, mais uma vez, trazer como esclarecimento que foi uma denúncia feita de que o Faz Universitário não acabou nesse governo. Tem ocorrido uma reformulação e em especial tem sido feito um levantamento criterioso, para não se cometer os erros que se cometeram no processo passado. Não nos cabe listar porque não é o fato, mas apenas destacando que não foi irresponsabilidade desse governo, para acabar com um projeto tão estratégico e tão importante.

Mas, quero também dar um outro depoimento: não posso defender aqui a tutela apenas do Estado para omitir ou para utilizar como grande escudo para a ausência de gestões e de políticas públicas no processo da educação. Estou dizendo isso porque venho da cidade de Camaçari, onde há em nível de município talvez uma das maiores assistências dadas ao ensino superior privado, eu tenho me posicionado contrário a essa forma.



O município de Camaçari mantém 59 ônibus diários transportando estudantes para Lauro de Freitas e Salvador para atender ao ensino superior. Mantém uma bolsa de R\$ 200,00 que começou com 200 alunos e hoje ultrapassa a 1.800 alunos favorecidos, e transporta 5 mil. E eu questiono: no orçamento do município, estive na Câmara na semana passada, está previsto para esse ano R\$ 18 milhões e 500 mil, para incentivo ao ensino superior. E eu questiono: a evasão de receita dos cofres públicos no momento em que se esses investimentos fossem aplicados diretamente no município, como parceria numa instituição pública, nós estaríamos atendendo de forma mais eficiente e criando condições igualitárias para o ensino de qualidade e para a facilidade do acesso a esse ensino.

Tenho me posicionado nesse contexto. E aí discuto e coloco para não me alongar muito, que não tenho um posicionamento contrário às instituições privadas. Temos que reconhecer o papel e a importância desta. Reconheço, inclusive, que o erro está no próprio sistema que tem que ser mudado, porque há uma inversão no terceiro grau. Ao aluno de baixa renda é oferecido uma escola pública, que no processo foi praticamente sucata. Digo isso, porque fui aluno, durante a vida inteira, de escola pública, o Colégio São Tomás de Cantuária, em Camaçari, durante toda a minha fase inicial. Vim fazer o segundo grau no Colégio Central, graduei-me pela Universidade Federal da Bahia. Então, tenho uma história montada em escola pública, da qual reconheço o valor e o papel, como educadora, assim como a degradação que ela sofreu ao longo desse processo.

E, quando se chega ao nível superior, o que há de oportunidade aqui – e isso foi muito bem dito aqui, hoje - ainda há uma maior disponibilidade de o aluno fazer a inversão, ou seja, ele tem toda a sua formação em escola pública e tem como opção ir para uma instituição privada, onde, na maioria das vezes, não consegue concluir o curso por causa da baixa condição econômica, e isso é muito bem caracterizado.

Não podemos negar que as instituições de ensino privadas também têm dado a sua contribuição ao Estado, suprimindo carências que este não foi capaz de preencher. Conseqüentemente, esta sessão não tem o objetivo de atacar a instituição privada em benefício



da instituição pública ou de fazer um balanço entre o ensino privado e o ensino público, mas, sim, o de assegurar o papel da comissão e desta Casa em defesa de um ensino de qualidade, em especial, neste momento, o ensino superior privado, objeto de nossa discussão.

Mas deixamos claro o fato de que este é o momento - e foi destacado isso aqui - de parabenizar, sim, a iniciativa de estudantes, professores e gestores que se dispõem a sentar a uma mesa, a debater, conduzir - não é? - e buscar, acima de tudo, o que é comum e de interesse maior, que é um ensino de qualidade.

Quero destacar também o papel e a importância que têm sido desenvolvidos neste processo pelas instituições representativas tanto de educadores e estudantes quanto de gestores, porque esse é o papel e o momento de encontrarmos um eixo comum de condição e de condução... Não dá para se ter um momento como o que vive a educação superior privada em nosso Estado, que é o de migração de gestão de investimentos e capitais, sem que o debate central seja a garantia da qualidade da educação.

E aí não dá para gente fazer de conta também que, pela necessidade de uma mudança - e como é um livre mercado - uma instituição ou uma empresa - não é? - pode ser incorporada ou comercializada a qualquer momento, porque a legislação assim assegura e isso ocorre em qualquer parte do mundo, disso a gente não tem dúvida.

Mas não dá para que ela seja apenas instrumento de comercialização, de transferência de gestão e que o centro desse processo seja a margem de lucro. É preciso avaliar que a maior conquista e o maior resultado do processo da educação são a sua etapa final, ou seja, a qualidade do produto final lançado na sociedade, que é o cidadão com o seu devido conhecimento e a sua capacidade de contribuir para o crescimento e desenvolvimento dessa mesma sociedade.

Por isso, não dá para sacrificar estruturas e funções como, por exemplo, se ter o profissional da educação com redução de salário, diminuição de carga horária ou, até mesmo, em *stand by*, como foi citado aqui. Não dá para se pensar em reestruturar a educação ou incorporar-se uma instituição de ensino sem cumprir as etapas básicas de seu funcionamento.



Aqui foi destacada também a ausência da estrutura mínima funcional como, por exemplo, o laboratório de informática – num momento em que o mundo todo circula em torno da globalização – entre outras carências que a gente poderia estar listando. É importante que essa discussão, que ora é geral e atinge o ensino superior privado do Estado, seja travada também nas unidades, envolvendo professores, gestores e estudantes. Juntos vamos encontrar alternativas e medidas que possam assegurar essa estrutura de funcionamento, garantindo assim uma melhor qualidade de ensino.

Passarei agora a palavra às três pessoas que solicitaram inscrição. Antes disso, agradeço a todos e coloco mais uma vez a comissão à disposição da sociedade. E dirijo-me, em especial, aos estudantes, porque, como aqui foi dito pelos seus representantes, a capacidade de organização e resistência do estudante brasileiro é que tem nos permitido viver este novo tempo de consolidação de um estado democrático.

Nas lutas entrincheiradas pelos estudantes, quando as representações de categorias não tinham poder nem musculatura política para fazer o enfrentamento, fincamos essa resistência. E sem dúvida alguma a transformação social, política e econômica deste País ainda depende da força motriz da juventude e, acima de tudo, dos estudantes.



5354-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Fábio Guedes

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Pois bem, passo a palavra ao professor Fábio Guedes.

O Sr. FÁBIO GUEDES:- Bom-dia a todos. Primeiro, quero parabenizar esta iniciativa da Assembléia Legislativa atendendo a demanda democrática dos professores da iniciativa particular. Talvez seja, em termos de pioneirismo, a única Assembléia do Brasil que esteja discutindo esse tema, ou seja, o ensino superior privado no Brasil.

Inicialmente, gostaria de dizer que, não obstante os dados que a representante da Associação de Mantenedoras apresentou em relação ao crescimento da participação das instituições do ensino superior privado no mercado, é preciso discutir não os números macroeconômicos, digamos assim, da crescente evolução desse setor. É necessário discutir a caixa-preta do funcionamento desse setor; o interior dessas instituições, as condições de trabalho dos professores e a qualidade do ensino.

Sabemos que realmente essas instituições têm passado por mudanças significativas, incluindo alterações em projetos pedagógicos que outrora funcionaram muito bem para a aprovação de alguns cursos. Isso, de certa maneira, já é comprovado na prática que tem afetado, com certeza, a qualidade desses cursos, com resultado na formação dos alunos. Isso tem sido tão evidente, que as avaliações que o MEC, de certa maneira, impõe ao ensino superior, como o Enade, têm mostrado números extremamente não alvissareiros.

Discordo do parlamentar que falou que o ensino público é ineficaz. Pelo contrário, vimos que, em termos de qualidade, o ensino público atinge todas as metas, praticamente. Isso não tem acontecido com as instituições de ensino privado, o que mostra que há um caminho muito longo para melhorar a qualidade nesse setor.



E também é importante mostrar que as condições de funcionamento estão sendo direcionadas para atingir apenas metas. Então a qualidade de ensino está, de certa maneira, sendo direcionada para atender as metas do Enade, sem a preocupação de reformar o cidadão.

Algumas disciplinas técnicas têm ocupado o espaço das disciplinas fundamentais, que são importantes para a libertação do homem. Só o conhecimento liberta o homem. Estamos preocupados em formar uma Nação ou uma Nação com apenas técnicos incapazes de criar ciência? Teremos que copiar a ciência que é desenvolvida em países de primeiro mundo?

Observamos isso com a falta de iniciativa, por exemplo, em atividades de extrema importância de ensino superior, que são a pesquisa e extensão. Todos esses anos em que estou na universidade e faculdades de ensino superior privado tenho que congratular apenas uma instituição de cunho particular que colaborou, mesmo que marginalmente, para a produção científica. Tenho que congratular a Faculdade Dois de Julho, que me apoiou em alguns momentos para participar de alguns congressos.

Evidentemente que temos que separar o joio do trigo. A maioria das instituições de ensino superior privadas não tem projetos de pesquisa, inclusive porque, sendo de fins lucrativos, não participam dos grandes editais que são fornecidos pelo governo federal. Então, é evidente para que se atingir a excelência na educação é preciso partir de um mínimo possível de condições de funcionamento que congreguem pesquisa, ensino e extensão.

Neste sentido, o deputado Álvaro Gomes tem, de certa maneira, razão, porque tem que funcionar com esse mínimo para poder percorrer um caminho mais longo, que é a excelência da universidade, do ensino superior privado.

Outra coisa que é importante colocar são as condições de trabalho. Percebemos, realmente, que houve redução, isso se mostra na concretude, de salário e aumento da carga de trabalho. Isso tem impossibilitado que os professores tenham um nível de qualidade e participação nessas instituições, o que os impõem procurar outros caminhos para complementar a renda. Nesse sentido, procuram estabelecer-se em outras instituições.



Isso não permite que os professores tenham condições de participar de outras atividades de pesquisa e extensão, que tomam muito tempo, e a educação vira apenas ensino. Ensino não é suficiente para se construir a educação neste País.

Então, o que deve ser discutido aqui não é colocar em conflito o ensino público e o privado. Evidentemente que o ensino público tem suas especificidades.

Discordo que o Estado seja incompetente, incapaz ou impotente para expandir o ensino público no Brasil, quando é observado que no Orçamento deste ano estão reservados, para o pagamento de juros da dívida pública, R\$ 154 bilhões, enquanto a folha de pagamento e encargos sociais de 1 milhão e meio de funcionários públicos federais custa R\$ 133 bilhões.

Os gastos financeiros do Estado brasileiro, da União, incluindo o refinanciamento da dívida pública, são de R\$ 733 bilhões, e todo o gasto da burocracia e do funcionamento da máquina pública do Estado Brasileiro é de R\$ 633 milhões, o que significa dizer que existem recursos, porém, nesses anos todos em que o neoliberalismo fincou raízes político-ideológicas e interesses no Brasil impôs ao Estado brasileiro uma camisa-de-força que é muito difícil de desamarrar, porque os interesses do mercado financeiro e de uma boa parte dos que fazem a economia brasileira se fazem presente no Estado brasileiro.

O Estado brasileiro tem competência para expandir o ensino superior como está sendo feito gradativamente. O ensino superior privado tem condições de melhorar sua qualidade, porém, é preciso fiscalizar, ficar atento, e a sociedade civil, alunos e professores envolvidos, precisam se articular para pressionar e lutar por um ensino de qualidade, inclusive fiscalizando o chão de fábrica. que é onde as coisas. na iniciativa superior privada, apresentam problemas, e não nos números, que são extremamente alvissareiros.

Não existe crise nesse setor, pelo contrário, se houvesse crise os preços das mensalidades estariam despencando. Está havendo fortalecimento, enquanto, nós, professores e alunos, continuamos desarticulados. Por isso, a iniciativa da Casa é extremamente importante porque é o primeiro passo para uma articulação maior.

Muito obrigado. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



5355-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Áurea Pomponet

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Passo a palavra a Sr^a Áurea Pomponet, mãe de aluno. Aproveito para lembrar que o tempo do orador é de 5 minutos, e, ao sinal, deve-se concluir.

A Sr^a ÁUREA POMPONET:- Obrigada por ter me concedido um espaço para falar. Serei breve porque tudo já foi dito - falta muito pouco -, mas acredito que não poderíamos encerrar esta reunião sem um representante dos pais, que são os mais envolvidos neste caso e os que mais sofrem os impactos junto aos filhos, compreendendo as instituições e muitas vezes não compreendendo nada que elas fazem, e, no meio disso tudo, investindo na carreira dos nossos filhos que nem sempre recebem a contrapartida de forma satisfatória.

O que eu quero colocar e o que achei mais importante nisso tudo é que vimos, alguns meses atrás, em páginas de jornais de grande circulação em Salvador dizendo que nossos filhos da Ruy Barbosa, onde tenho minha filha no sexto semestre, valiam R\$ 5 mil na compra por outra instituição, e que alunos de instituições não tão conhecidas ou não com tanta credibilidade valiam R\$ 2,5, R\$ 3 mil. Como é que fica isso? Nossos filhos viraram produtos de prateleira? Aqui se falou o tempo todo que não se deve mercantilizar a educação. A educação já foi mercantilizada meses atrás. E com muita decepção vimos nossos filhos valendo R\$ 5 mil! Minha filha foi vendida para outra instituição por R\$ 5 mil!

Então, esta é a minha primeira exposição de revolta como mãe, e tenho certeza de que como a de tantos pais que não estão aqui, porque todos têm que trabalhar para pagar as mensalidades tão altas, além de todos os impostos que temos que trabalhar para pagar. O governo, como já foi dito aqui, é quem deveria estar pagando, mas nós é que pagamos os impostos, as faculdades e...



A segunda coisa que quero colocar aqui e que também revoltou a todos nos pais e alunos é que quando optamos por colocar nossos filhos na Faculdade Ruy Barbosa, naquela época ela era a melhor faculdade da Bahia. Minha filha foi aprovada em outras instituições, mas ela optou e ficou muito feliz por ter conseguido ingressar na Ruy Barbosa. Hoje, essa faculdade se igualou às faculdades mais novas, faculdades recentes, faculdades que ainda não têm nome no mercado. Não desmereço essas faculdades. Pode ser que daqui há 10, 15 anos, quando tiverem o tempo de vida que a Ruy Barbosa tem, elas sejam iguais ou até melhores. E Deus ajude que seja para a nossa sociedade de forma geral. Porém, hoje, elas não são. Elas são novas, estão chegando agora, ainda não têm nome. Hoje, minha filha olha para mim e diz: “Minha mãe, entrei na melhor faculdade da Bahia e vou sair com um diploma que vale a metade”. Um diploma que ficou igual a de outras universidades novas como a FTE e a Área 1!

Outra surpresa grande que tive é que o próprio *site* da Faculdade Ruy Barbosa foi todo unido com a FTE e com a Área 1. E o próprio vestibular foi unificado. Não entendemos nada. Como pais nos perguntamos: O que é isso? Colocamos os nossos filhos na melhor faculdade de Administração da Bahia, uma faculdade de nome nacional, uma faculdade que durante muito anos esteve na primeira colocação no exame das instituições de ensino superior. E agora nossos filhos saem com um diploma igual a das universidades que acabaram de abrir? Reforço, não desmereço ninguém, mas não foi a nossa opção. E agora, como é que fica? E o prejuízo profissional de nossos filhos fica como? E todo o nosso investimento como pais que nos sacrificamos para pagar uma faculdade mais cara como é que fica? Quem vai nos defender como pais?

Todos aqui se pronunciaram, as instituições, os professores muito bem. Posso até falar pelos pais de todos, pais de alunos da Ruy Barbosa. Agradecemos muito a luta dos professores, de todo corpo docente da Faculdade Ruy Barbosa que tem tomado esta luta para si, procurado se colocar perante a sociedade. Agradecemos-lhes muito e estamos com vocês, mas precisamos tomar uma providência porque nós pais não podemos ficar... É muito



sacrifício. Já pagamos todos os impostos, as faculdades e escola particular para os outros. A classe média é a classe mais sofrida do País.

É em nome dos pais, dos alunos que passaram por essa decepção que eu me coloco aqui.

Muito obrigada. (Palmas. Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5356-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Sérgio Castro

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Neste momento passamos a palavra ao Prof. Sérgio Ricardo, e em nome da Casa nós é que agradecemos a todos que aqui contribuíram e contribuem com este evento.

O Sr. SÉRGIO CASTRO:- Boa-tarde, gostaria de mais uma vez agradecer a abertura que esta Casa nos dá e também a disponibilidade que tem sido colocada para o nosso pleito. Vou ser breve nesta minha fala; primeiro, destacando mais uma vez que contrapor simplesmente universidade pública e universidade privada como se a questão fosse essa, não vou chamar isso de uma deslealdade, acho que pode ser simplesmente uma estratégia que é tão plausível quanto qualquer outra (palmas), mas pela familiaridade que temos tido com determinado tipo de discurso, podemos arriscar e chamar assim também. (Palmas).

Internamente, na Faculdade Ruy Barbosa, temos passado por um processo que é do conhecimento de vocês e que temos discutido hoje, várias vezes temos nos dirigido como comissão de professores e alunos, e essa comissão, como já foi dito, não é reconhecida pela direção. Eles escrevem cartas para todos os professores e dizem: “alguns professores estão pedindo sala, auditório para fazer uma reunião.” E só posso chamar isso, mais uma vez, de deslealdade.

A professora Nadja apresentou alguns dados interessantes, bem objetivos, e que podem enriquecer a nossa visão em relação ao ensino privado, da forma como a própria globalização exige, e acho que é sempre bom lembrar que somos funcionários de uma faculdade privada, se fôssemos contra a faculdade privada, não seríamos seus funcionários. Então, a questão, definitivamente, não é essa.

Ela falou em uma das tendências: a massificação da educação. Acho que todo mundo está de acordo com a democratização de acesso ao ensino. Mas a massificação real de



Salvador teria de passar por uma redução drástica da mensalidade, e isso não é proposto pela direção.

Entre os pontos que anotei, vou falar rapidamente deles e depois vou comentando. O primeiro ponto que gostaria de destacar, mais uma vez, é o não-reconhecimento da comissão de representantes, chamados de “ bandos de malucos”, e isso considero uma vergonha para a direção da instituição. E isso não é admissível com pessoas sérias. Questionamos como comissão de representantes, ou seja, de professores e alunos. Questionamos a ética de se adquirir uma faculdade que tem um nome no mercado, que é tida como uma faculdade de qualidade reconhecida e desmontar todo o projeto pedagógico que tem sido realizado nesta faculdade.

O mercado, como bem disse o professor que me antecedeu, é muito propenso à proliferação das faculdades privadas. É bom que esse mercado esteja assim, sou otimista em relação a ele, espero que continue ampliando. Mas não podemos admitir que os professores sejam sacrificados, ou seja, os benefícios disso têm que vir também para os professores, para a faculdade, para os alunos e funcionários. O que temos visto é uma sobrecarga dos funcionários, demissão e sobrecarga de outros que têm ficado.

Criticamos e colocamos como item de pauta essa política horista, esse sucateamento da pesquisa e extensão. São os pontos que não aceitamos.

A janela de empregabilidade de 15 dias por ano do professor colocamos também como item para que, caso haja alguma demissão, algum afastamento de professores, que seja numa data que lhes dê possibilidade de se relocar no mercado. Há também a construção de um Plano de Cargos e Salários. E que a diretoria da Faculdade Ruy Barbosa convoque a comissão para negociar na presença do sindicato. Gostaria também de solicitar a professora Nadja que leve a nossa pauta como representante do Conaes.

Em suma, o que gostaria de deixar bem explicitado é que o nosso pleito, a nossa campanha é a favor da qualidade no ensino, é contra a diminuição dos salários dos professores e a queda da qualidade, como já vem acontecendo na faculdade com a demissão de



funcionários e uma série de mudanças impostas de cima para baixo. Estamos lutando também pelas condições de trabalho e para que os professores, os alunos, todas as pessoas envolvidas participem efetivamente de qualquer mudança feita no projeto pedagógico.

Não podemos aceitar que a direção continue dizendo que a redução de salário vai acontecer de qualquer jeito, que essa é a questão, que as aulas vão ter três horas por semana para propiciar a redução, o aumento do número de semanas por semestre. Então é esse tipo de coisa que não aceitaremos. E continuaremos lutando. Sei que corremos sério risco de demissão, mas acreditamos nessas idéias e vamos levar isso adiante.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



5357-II

Ses. Esp. 26/11/08

Or. Diniz Leão

Sobre o ensino superior particular no Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o professor Diniz Leão, da FTC.

O Sr. DINIZ LEÃO:- Gostaria em primeiro lugar de parabenizar a todos os presentes pela iniciativa de se discutir, se conversar sobre um tema que, acredito, está muito maior e muito mais além.

Colocaria que em aspectos do Ensino Superior do nosso Estado já estamos inseridos no panorama nacional. Falamos de aquisições, preços de mensalidades, qualidade de ensino, enfim, temas que são debatidos não só aqui na Bahia.

Tive oportunidade de participar de alguns debates deste tipo em âmbito nacional e é o primeiro que vejo num local como este, e com a adesão de pessoas de representatividade na nossa sociedade.

Então acho que estamos dando um grande passo para começarmos a conversar sobre isso, cada um se despir dos seus únicos interesses pessoais e começar a pensar no que queremos fazer com o Ensino Superior da Bahia e quiçá do Brasil. Creio que precisamos pensar que existem os organismos federais - porque a nossa Constituição reza dessa forma -, que devem fiscalizar, acompanhar. Realmente o ensino privado é uma concessão pública. Tudo que está sendo falado aqui é verdadeiro e consciente.

Precisamos ter consciência porque necessitamos também dar um passo à frente. O que estou propondo é o seguinte: é preciso pararmos de nos focar apenas em alguns temas que são do nosso Ensino Superior e começarmos a pensar no próprio foco da aprendizagem. Não vamos nos focar somente em alunos, professores e gestores porque, se fizermos isso, estaremos polarizando o discurso e aí teremos aqui pessoas, cada uma defendendo os seus interesses. Acho que o mais importante é ter um foco no aprendizado, no quanto está aprendendo o nosso aluno, o quanto está se formando profissional para o mercado. E aí trago



um dado de que 30% dos formados no ensino superior estão empregados em um ou dois anos após a formatura. Esse número é fortemente superior ao das instituições públicas. E não estou dizendo aqui que é por maior ou menor qualidade de um e de outro, isso faz parte de um sistema educacional que colocamos e que impede que o nosso estudante da instituição pública possa exercer atividade produtiva enquanto está na universidade.

Acredito que este e outros temas precisam ser tratados. A maior força que temos aqui é desse grupo de alunos que trazem um exemplo da Faculdade Rui Barbosa de como deve lutar pelos seus interesses. Acredito que precisamos fazer alguma coisa. E vai aqui uma sugestão para todos: se temos uma insatisfação, acredito que a vivemos, e todas as instituições de ensino devem estar focadas e preocupadas prioritariamente com o aluno. É lógico que com isso vem um interesse na qualidade dos professores, na qualidade do ensino, mas que tenhamos esse aluno satisfeito, esse aluno repercutindo na sociedade a qualidade de ensino que é prestada, a qualidade da instituição, porque dessa forma vamos conseguir fazer alguma mudança no ensino superior.

O poder maior, a regulação maior é do MEC, do que qualquer outra iniciativa, não aqui diminuindo os outros órgãos, mas, sim, dando uma importância grande ao alunado, aos nosso futuros alunos, aos atuais e aos egressos. Sinto a falta de alunos egressos aqui também participando desse debate e os que já participaram do ensino superior de início a fim. Acredito que isso é um desempenho, é uma evolução e deve ser considerado.

Gostaria de esclarecer apenas duas situações faladas aqui sobre a FTC. Não contamos com nenhum docente com contratação sem obedecer as normas da CLT. A informação não procede. Gostaria de declarar isso aqui em público e também dizer que em todo o processo que estamos fazendo ao longo dos últimos anos estamos preocupados com uma palavra: sustentabilidade. Essa que é uma palavra que serve para todas as instituições. Não adianta a gente estar falando em valores de mensalidade, de salário de professores porque o fiel dessa balança é a palavra sustentabilidade. É isso o que eu queria trazer aqui.

Obrigado a todos e parabéns por essa iniciativa.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-04

Ses. Esp. 26/11/08

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Encerradas as inscrições, tínhamos sugerido à Mesa fazer as considerações finais, mas, dado o adiantado do tempo, vou registrar a presença da deputada Fátima e passar a palavra ao deputado Álvaro Gomes para que ele fale em nome de toda a Mesa. Temos um compromisso de entregar o Plenário às 13h porque teremos à tarde uma sessão ordinária, além de ter que arrumar o Plenário para isso, os servidores têm de almoçar e retornar às suas atividades.

Por isso, peço desculpas a todos por não poder abrir as considerações finais para toda a Mesa.

Passo a palavra ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu só gostaria de agradecer a presença de todos os alunos, pais, professores e entidades. Acredito que esse debate foi muito importante, naturalmente é um debate inicial e é preciso que ele tenha continuação.

Temos aqui uma Comissão de Educação, cuja presidência é do deputado Bira Coroa, e é preciso que outras demandas na área da educação sejam trazidas para a Comissão de Educação.

Esta sessão especial, estou aqui há 6 anos, do deputado Heraldo Rocha já é o quinto mandato, está aqui há 18 anos, segundo o depoimento dele, não houve nenhuma iniciativa desta Casa Legislativa no sentido de discutir a questão do ensino superior particular no Estado da Bahia. Esta é a primeira iniciativa. Não posso falar sobre os 18 anos, porque estou aqui apenas há 6 anos e, durante esses 6 anos, realmente, não houve nenhuma discussão, o que significa dizer que nós estamos avançando. A Assembleia Legislativa, o seu Plenário, abre suas portas para os alunos, as instituições, para o debate de um tema de tão grande importância quanto a educação superior em nosso Estado.



Por isso, queria agradecer, parabenizar a Sr^a Áurea pela excelente fala, aliás, todas as falas aqui foram importantes, mas diria que uma fala bem marcante foi realmente a da Sr^a Áurea, que é mãe de aluna de uma das faculdades, quando fala que a filha está sendo considerada como uma mercadoria. Então, é um mercado. Hoje, virou tudo mercado, aluno, também. As pessoas viraram mercadorias, uns valem cinco mil, outros valem dois mil, outros valem mil e quinhentos, outros valem três mil. Isso é realmente o fim, é um desastre.

Portanto, queria parabenizar aqui a Sr^a Áurea pela excelente abordagem sobre a questão do ensino superior. Este é o desafio de todos nós, é o desafio de toda a sociedade, buscar alternativas que venham a promover o desenvolvimento humano, e a educação se coloca em primeiro lugar ou como um dos pontos fundamentais para que consigamos realmente o desenvolvimento da sociedade.

Temos que lutar, estou vendo uma faixa com a frase de Bertold Brecht: “Há homens que lutam um dia e são bons, mas há os que lutam toda a vida, e estes são imprescindíveis.” Então, a luta não pode parar. O sonho precisa se transformar em realidade. E como diriam diversos filósofos, entre os quais, Lenin e o nosso roqueiro Raul Seixas, quando diz: “Um sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.”

Tenham certeza de que esta Casa Legislativa se sente honrada com a presença de todos vocês. Tenham certeza de que vocês deram uma contribuição fundamental para que possamos avançar rumo à construção de uma sociedade justa, igualitária, sem opressão, onde as pessoas não virem mercadorias e o mercado vire gente, porque o mercado é sensível, está nervoso. Enquanto as pessoas viram mercadorias, o mercado vira gente. Então, o mercado está nervoso, está sensível. Realmente, é uma situação complicada(palmas) a que vivemos hoje.

Queria agradecer a Mesa, à professora Nadja Viana, à Sr^a Cristina Kavolkievicz, à professora Mercedes Cunha, ao representante dos alunos, Rui Andrade, da Faculdade Rui Barbosa, o diretor da Faculdade Dois de Julho, Josué Melo.



Também não poderia deixar de agradecer à comissão de professores e alunos da Faculdade Rui Barbosa, que foi quem originou tudo isso que estamos vivendo aqui. Não fosse essa comissão não estaríamos aqui nesta sessão especial, ela só foi possível...

(Palmas, muitas palmas.)

(...) graças à presença de vocês, portanto, sintam-se à vontade, esta Casa é nossa, esse Poder Legislativo precisa cada vez mais se transformar num instrumento, numa caixa de ressonância das aspirações e das necessidades da população.

Quero agradecer também às taquígrafas, que precisam almoçar e retornar para a sessão ordinária, porque aqui, às vezes, deputado tem fama que não trabalha, mas às vezes saímos daqui 4 hora da manhã, 3 horas da manhã, ontem mesmo saímos aqui de uma audiência pública que começou às 9h e terminou as 14h30min, e aí viemos diretamente para sessão plenária, sem almoçar, sem respirar e saímos daqui as 21h.

Então, é um pouco isso, paralelamente aqui neste momento estão ocorrendo várias atividades: audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, reunião na Comissão de Direitos Humanos, então é um pouco isso.

Quero, finalmente, agradecer a todos os presentes e dizer que esta sessão estará disponível, tanto o vídeo quanto o áudio, no site da Assembléia Legislativa – www.canalassembleia.ba.gov.br, e é interessante também informar que aqueles que querem acompanhar o funcionamento, as proposições, os projetos, as iniciativas, as moções, enfim, podem acompanhar também pelo site da Assembléia Legislativa que tem tudo disponibilizado, inclusive o texto, texto do projeto, os pareceres, o andamento, então, é um site bastante importante para todos nós, para acompanhar o que está acontecendo no Estado, porque tudo de importante, de bom ou de ruim passa pela Assembléia Legislativa da Bahia.

Portanto, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia declaro encerrada a presente sessão.

(Palmas, muitas palmas.)